



## Senado aprova aumento de pena em casos de feminicídio

Projeto que amplia agravantes para assassinato de mulher por motivo de gênero volta para a Câmara porque houve mudanças no texto original



Jefferson Ruty/Agência Senado

Eunício Oliveira e Jorge Viana na sessão que aprovou o projeto: novas hipóteses para agravar pena incluem crime ocorrer na presença virtual de filhos ou pais da vítima

O Plenário aprovou ontem novos agravantes para o crime de feminicídio, o assassinato de mulher por razões de gênero. O crime terá punição maior, segundo o projeto, se cometido na presença virtual de filhos, netos, pais ou avós. Por exemplo, se a morte for filmada e transmitida pela internet. A pena já é maior na presença física. O tempo da pena de prisão também será aumentado se o delito for praticado contra pessoa com doença degenerativa que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade. Como sofreu mudanças no Senado, o texto volta à Câmara. **3**



Pedro França/Agência Senado

Lasier Martins, Anastasia e Carvalho Neto debatem segurança da urna eletrônica

### TSE se empenha em cumprir lei do voto impresso, afirma ministro

Representantes da Justiça Eleitoral que participaram ontem de audiência afirmaram que a implantação gradual da impressão de votos

não descumpra a lei. Até as eleições deste ano, o sistema de conferência de votos deve estar implantado em cerca de 5% das urnas. **8**

### SUS deve investir mais em prevenção, diz Barros

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que o Sistema

Único de Saúde deveria se concentrar mais na prevenção do que no tratamento de doenças. De acordo com

ele, a rede pública hoje não segue esse "círculo virtuoso", que representaria economia para os cofres públicos. **4**



Ministro da Saúde, Ricardo Barros, fala em debate, ao lado do presidente da comissão, senador Dário Berger (2º à dir.)

Pedro França/Agência Senado

### Avança proposta que incentiva habitação em regiões carentes

Projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos determina que pelo menos 44% dos recursos do FGTS e de outros fundos destinados

à habitação e ao saneamento devem ser dirigidos às áreas da Sudam, da Sudene e da Sudeco. O objetivo é incentivar o desenvolvimento das regiões. **5**



Tasso e Petecão: projeto vai beneficiar as áreas da Sudam, Sudene e Sudeco

Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Aprovado plano de combate a homicídio de jovens

O Plenário aprovou ontem o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. A proposta é resultado dos trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados. **3**

### Acordo espacial com Estados Unidos é confirmado

Um acordo de cooperação espacial assinado entre o Brasil e os Estados Unidos foi aprovado no Senado. A medida permitirá que o ITA e o Inpe lancem um satélite de monitoramento do clima em parceria com a Nasa. **3**

### Brasil vai ter novo embaixador na Nigéria

### Texto que beneficia cliente de telefonia vai para a Câmara

Reprodução



Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**

# Comissão marca para hoje debate sobre informática

Integrantes de colegiado aprovaram ontem plano de trabalho, que prevê realização de outras três audiências até o fim do mês. Medida provisória flexibiliza exigências de empresas com incentivos fiscais

DIRETORES DE INSTITUIÇÕES científicas, tecnológicas e de inovação serão ouvidos hoje, às 14h30, numa audiência organizada pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 810/2017. A audiência é a primeira de quatro que serão realizadas pela comissão, conforme plano de trabalho aprovado ontem. A intenção é ouvir membros da sociedade civil e do governo que são beneficiados pela MP.

A medida provisória aumenta de 3 para 48 meses o prazo para as empresas de informática beneficiadas por incentivos fiscais associados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento reinvestirem valores pendentes.

Para hoje, foram convidados o presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), Sebastião Sáhão Junior, o presidente do Instituto Eldorado, Jaylton Moura Ferreira, e o presidente do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), Marcelo de Oliveira Marques.

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Marcelo Pereira, também falará no debate.

A audiência faz parte do pla-



O relator da comissão mista, Thiago Peixoto, e o presidente, Paulo Rocha

no de trabalho que a comissão aprovou ontem. O plano, proposto pelo relator, deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), estabelece que no dia 28 ele apresentará o relatório, a ser votado no dia 3.

A comissão escolheu Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como relatora-revisora e o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) como vice-presidente.

## Amazonas

Vanessa pediu uma audiência pública no Amazonas. Por causa de restrições regimentais, o presidente da comissão, senador Paulo Rocha (PT-PA), sugeriu que a Assembleia Legislativa do estado convoque uma audiência sobre o tema e convide a comissão.

A MP altera a Lei da Informática Nacional (Lei 8.248) e a

Lei de Informática da Suframa (Lei 8.387), que concedem incentivos a empresas de tecnologia da informação e comunicação que investirem 5% do faturamento bruto em P&D. As novas regras reduzem o percentual a até 2,3%.

Em troca do incentivo à pesquisa, as empresas têm a redução ou a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e vantagens em contratos com a administração pública. O prazo para reinvestir passa de 3 para 48 meses, com um compromisso de investimento de no mínimo 20% do total do débito a cada 12 meses.

Segundo o governo, a MP reduz a burocracia e aumenta a eficiência dos procedimentos de acompanhamento das obrigações relacionadas às leis de informática do país.

# Instituição Fiscal aponta tendência de crescimento

Em seu mais recente Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), a Instituição Fiscal Independente (IFI) constata que a economia brasileira já está há um ano em recuperação constante e aparentemente sustentável, apesar de lenta. O pequeno crescimento do PIB, no último trimestre de 2017, diz o texto, aponta para a retomada gradual dos investimentos e do crescimento econômico.

O consumo das famílias continua ascendente, porém as importações cresceram mais que as exportações. A modesta

recuperação econômica, que ainda está no começo, já fez aumentar a arrecadação do governo, o que ajudará no cumprimento da meta fiscal, atualmente em déficit de R\$ 159 bilhões.

Após recessão em 2015 e 2016, o país conseguiu crescer 1% em 2017, aponta a IFI, que projeta crescimento do PIB em 2018 em 2,7%. De acordo com a instituição, o consumo das famílias cresce há quatro trimestres, enquanto os investimentos aumentam há nove meses. O relatório também aposta que a redução da Selic

e dos juros reais, junto com o aumento da massa salarial e do emprego, pode acelerar investimentos entre 2018 e 2019.

“Em termos relativos, a economia passou a um desempenho mais positivo. Em termos absolutos, contudo, o quadro ainda é muito ruim. A recuperação do investimento, com mais força, será essencial para que se tenha um processo perene de desenvolvimento econômico, neste e nos próximos anos. Isso depende fortemente da qualidade do ajuste fiscal”, afirma relatório, publicado na segunda-feira.

# Agentes de saúde querem que veto seja derrubado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o deputado federal Odorico Monteiro (PSB-CE) e uma comitiva de agentes de saúde liderados pela presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), Ilda Angélica Correia. Eles defenderam a derrubada do Veto 4/2018, feito parcialmente ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/2017, que reformulou a carreira de agentes comunitários de

saúde e agentes de combate às endemias.

O projeto foi sancionado em janeiro pelo presidente Michel Temer, na forma da Lei 13.595, com uma série de pontos rejeitados. Entre eles, carga horária de 40 horas, indenização por transporte e regras de cursos de formação continuada.

O autor da proposta, deputado Raimundo Gomes (PSDB-CE), acompanhou os agentes e pediu a inclusão do veto na

pauta da próxima sessão do Congresso Nacional, prevista para 15 de abril.

Eunício pediu que a categoria enumere os dispositivos vetados considerados prioritários para a atividade e, a partir daí, abra diálogo com o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), para avaliar as possibilidades de reversão do veto.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

# Centro de inteligência será lançado amanhã, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o primeiro Centro Integrado de Inteligência Regional do Brasil vai ser lançado amanhã, em Fortaleza, com o objetivo de colaborar com a polícia e a Justiça estaduais.

— Só combateremos o crime com investigação e inteligência verdadeira. Os julgamentos feitos não chegam a 8% dos crimes esclarecidos. Quem vai esclarecer mais é a inteligência integrada.

A instalação de forças de Inteligência da Polícia Federal é um pedido de governado-

res do Nordeste devido ao crescimento da atuação de facções criminosas na região. Os governadores foram unânimes na escolha do Ceará como sede devido à posição geográfica do estado.

— Nós conseguimos que todos os governadores do Nordeste assinassem um documento de concordância de que o centro fosse no Ceará, pois é mais estratégico no ponto de vista de passagem por conta do tráfico de drogas e de armas — explicou.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

# Marta defende união de pessoas do mesmo sexo

Marta Suplicy (PMDB-SP) defendeu a aprovação do projeto (PLS) 612/2011, de sua autoria, que altera o Código Civil para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Ela destacou que o STF já reconheceu a união, que agora precisa ser garantida por lei.

— Como legisladores nós temos que trabalhar em vista a pacificar as relações na sociedade na forma da lei.



Jefferson Ruy/Agência Senado

# Lídice destaca Fórum Social Mundial na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a realização do Fórum Social Mundial, aberto ontem em Salvador. O evento, que reúne cerca de 60 mil pessoas, vai debater religiões de matrizes africanas, o racismo e a violência contra jovens negros.

— A Bahia, como sempre, com seu coração aberto, recebe visitantes de diversas partes do mundo e de todo o país para realizar em Salvador, pela primeira vez, o Fórum Social Mundial.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS** **Material escolar no Bolsa Família**  
9h Entre 14 itens, o PLS 122/2013, que autoriza crédito para material escolar a beneficiários do Programa Bolsa Família.
- CCT** **Verba de loteria para ciência**  
9h O PLC 201/2015, que destina recursos de loterias para fundo científico, é um dos 16 itens da pauta.
- CDR** **Zona Franca Verde**  
9h O PLS 68/2016, que trata de isenção de imposto para Zona Franca Verde, está na pauta de 9 itens.
- CCJ** **Violência contra mulheres**  
10h Na pauta de 34 projetos, o PLS 308/2016, que obriga serviço de saúde a comunicar violência contra mulheres.
- CÓDIGO COMERCIAL** **Debate em SP**  
10h Audiência na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo, com a participação do presidente do Tribunal de Justiça.

- CDH** **Brinquedos adaptados**  
11h Na pauta de 23 itens, o PLS 382/2011, que fixa cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.
- TRANSPARÊNCIA** **Serviço de energia**  
11h Entre 11 itens, o PLS 356/2017, que incentiva a modernização do serviço público de distribuição de energia.
- PLENÁRIO** **Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, o PLC 140/2017, que extingue benefícios penais para jovens criminosos.
- MP 808/2017** **Reforma trabalhista**  
14h30 Análise de requerimentos.
- MP 809/2017** **Compensação ambiental**  
14h30 Reunião de trabalho.
- MP 810/2017** **Setor de informática**  
14h30 Audiência pública.
- MP 816/2017** **Cargos em conselhos**  
14h30 Votação do relatório
- FÓRUM DA ÁGUA** **Direito à água**  
14h30 Audiência pública.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Plenário aprova penas maiores para feminicídio

Projeto que define novos agravantes para o crime de assassinato de mulher com motivação de gênero volta para a análise dos deputados

O SENADO APROVOU novas hipóteses para o aumento no tempo da pena de reclusão aplicável ao feminicídio, o assassinato de mulher por razões de gênero. O crime terá punição maior, segundo o projeto (PLC 8/2016), se cometido na “presença virtual” (por exemplo, diante de uma câmera, com divulgação pela internet) de descendentes da vítima, como filhos e netos, ou de ascendentes, como pais e avós. Também será considerado agravante se o delito for praticado contra pessoa com doença degenerativa que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental. Como sofreu mudanças, o texto volta à Câmara.

O Código Penal já prevê o aumento de pena de um terço até a metade para o feminicídio em três hipóteses: se a vítima estiver gestante ou nos três meses posteriores ao parto, se a vítima for menor de 14 anos, maior de 60 anos ou tiver alguma deficiência e se estiver na presença física de descendente ou de ascendente.

Dados divulgados pelo Con-

selho Nacional de Justiça (CNJ) na segunda-feira revelam que, em 2017, foram iniciados na Justiça dos estados brasileiros 2.795 processos de feminicídio, o que representa 8 casos novos por dia, ou uma taxa de 2,7 casos a cada 100 mil mulheres. Em 2016, foram registrados 2.904 casos de feminicídio.

## Medida protetiva

O texto, do deputado Lincoln Portela (PRB-MG), previa ainda que a pena seria aumentada se o crime fosse cometido em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha. As medidas protetivas são determinadas pela Justiça para garantir a segurança das vítimas de violência doméstica. As mais conhecidas são o afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a vítima e a fixação de limite mínimo de distância. O trecho foi retirado pelo Senado, devido a um pedido de Lindbergh Farias (PT-RJ) acolhido pelo relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Lindbergh lembrou que, na semana passada, o Senado aprovou o PLC 4/2016, que prevê pena de detenção de três meses a dois anos para quem desobedecer a decisão judicial que determine medida protetiva. Com isso, a previsão de aumento da pena poderia

fugir da razoabilidade.

O argumento de Lindbergh foi apoiado por Simone Tebet (PMDB-MS). A senadora lembrou que a pena para o feminicídio já é maior que a do homicídio simples, cuja pena varia de 6 a 20 anos.

— O feminicídio é uma das espécies de homicídio qualificado, por isso a pena mínima não é de 6, mas de 12 [anos], e a pena máxima não é de 20, mas de 30 anos — destacou.

Fátima Bezerra (PT-RN) também se manifestou a favor da retirada das medidas protetivas como hipótese para aumentar a pena do feminicídio. Ela citou dados sobre o número de feminicídios no Brasil para reforçar a importância de aprovar o texto, mas concordou com a mudança sugerida.

— Dados do Núcleo de Estudos da Violência da USP, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, trazem o seguinte retrato: primeiro, o Brasil teve 4.473 homicídios dolosos de mulheres em 2017, um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior. Do total, 946 são feminicídios. Ainda vale ressaltar que esse dado é subnotificado. Não obstante esse quadro da violência contra a mulher, entendemos que o caminho não é pura e simplesmente aumentar ainda mais a pena.



Eunício: outras propostas de interesse da mulher serão votadas em breve

## Senado continuará votando projetos da pauta feminina, afirma Eunício

O Senado deve dar prosseguimento à pauta feminina, votando outros projetos de interesse das mulheres nos próximos dias. Foi o que informou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, em entrevista concedida ontem.

— Vamos definir a pauta. Tem o resquício da pauta da semana passada, uma semana dedicada às mulheres. Votamos alguns projetos, a Câmara dos Deputados votou outros. Vou avaliar se algum deles tem pedido de urgência. Vamos discutir com os líderes, evitando a pauta corporativa. Projetos considerados prio-

ritários pela bancada feminina, como o que inclui a agressão de namorado na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outra proposta que tem ganhado força é o PLS 64/2018, de Simone Tebet (PMDB-MS), que flexibiliza as penas de mães e gestantes condenadas. A proposta torna lei a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgada no dia 20 de fevereiro, que concedeu prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças até 12 anos presas preventivamente.

## Vai à Câmara criação de plano para enfrentar homicídio de jovens

O projeto que cria o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens foi aprovado em Plenário. A proposta (PLS 240/2016) é resultado dos trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens, que funcionou no Senado em 2015 e 2016, sob a presidência de Lídice da Mata (PSB-BA) e com Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

O plano tem o objetivo de

reverter os altos índices de violência contra os jovens no prazo de dez anos. O foco dessa ação social serão os jovens negros e pobres, que lideram o ranking de mortes nessa faixa etária no país.

Cinco metas estão na base do plano, a ser coordenado e executado sob orientação do governo federal: redução da taxa de homicídios para o padrão de um dígito a cada 100 mil habitantes; redução

da letalidade policial; redução da vitimização de policiais; aumento do esclarecimento de crimes contra a vida para 80% dos casos; e adoção de políticas públicas afirmativas em áreas com altas taxas de violência juvenil.

Segundo o relator, Hélio José (Pros-DF), a aprovação do texto veio em momento conveniente e oportuno. Com base no *Mapa da Violência* de 2016, o senador aponta que os

jovens, apesar de alcançarem cerca de 26% da população, correspondem a 58% das vítimas de homicídios praticados com arma de fogo. De 1980 a 2014, mais de 480 mil jovens foram mortos com arma de fogo no Brasil. Aos 20 anos de idade, a taxa de mortalidade por arma de fogo atinge seu pico: 67,4 mortes a cada 100 mil jovens dessa idade.

Sobre o perfil das vítimas, o relator buscou informações na

9ª edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de 2015. O estudo atestou que a mira da criminalidade está voltada, especialmente, para o jovem do sexo masculino, negro e pobre.

Telmário Mota (PTB-RR) fez uma mudança, referendada por Hélio José, para incluir a participação das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado nas conferências nacionais de avaliação do plano.

## Senadores confirmam acordo de cooperação espacial com Estados Unidos

O acordo de cooperação assinado entre o Brasil e os Estados Unidos para o uso pacífico do espaço exterior foi aprovado ontem no Plenário.

O texto do acordo (PDS 245/2017), assinado em 2011, já havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e segue agora para promulgação.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), lembrou que o acordo anterior, de 1996, expirou em janeiro. A formalização do novo acordo, disse ela, é necessária para que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto

Tecnológico de Aeronáutica (ITA) lancem, em parceria com a agência espacial norte-americana (Nasa), um satélite de monitoramento do clima. O veículo deverá auxiliar o Brasil na exploração marítima de petróleo, na

agricultura de precisão e na navegação aérea.

Foi rejeitado o voto contrário de Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador lembrou que na semana passada o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elevou as

taxas de importação de aço e alumínio, causando prejuízos ao Brasil. Lindbergh disse que apresentou um projeto para sustar todos os acordos internacionais que envolvam os Estados Unidos.

— É uma forma de fazer

pressão contra uma posição abusiva deles — afirmou.

Ana Amélia considerou os argumentos legítimos e disse que a atitude de Trump é intempestiva. No entanto, ela apontou que o maior beneficiado do acordo é o Brasil.

## Lindbergh pede anulação da votação do texto do tratado de céus abertos

Lindbergh Farias pediu a anulação da aprovação do acordo sobre espaço aéreo com os Estados Unidos. Ele argumentou que o pedido de verificação de quorum para votação do PDS 5/2018 foi negado por João Alberto Souza

(PMDB-MA), que presidia a sessão na quarta-feira.

O acordo foi inicialmente encaminhado à Comissão de Relações Exteriores (CRE), mas, em fevereiro, foi aprovado requerimento de urgência para apreciação em Plenário.

Segundo Lindbergh, o Regimento não permite dispensa de quorum para votação em urgência nem a inclusão de proposta sem parecer da CRE na pauta nesse tipo de texto.

— Ademais, na sessão que deliberou sobre o PDS, não

havia quorum, estavam presentes no Plenário algo em torno de sete senadores.

Eunício Oliveira se comprometeu a pedir à Secretaria-Geral da Mesa para assistir à discussão e poder responder à questão de ordem.

# SUS deve investir mais em prevenção que em tratamento, afirma ministro

Barros prestou contas à CMO dos gastos da pasta em 2017. Ele quer mudar o modelo do SUS para um mais voltado à promoção da saúde

O GOVERNO FEDERAL investiu R\$ 127 bilhões em saúde pública no ano passado. Foram R\$ 10 bilhões a mais que em 2016. Atualmente 150 milhões de brasileiros dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas foram algumas das informações prestadas pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, à Comissão Mista de Orçamentos (CMO) em audiência ontem.

O chefe da pasta disse também que o Ministério da Saúde tem se pautado por eficiência e transparência. Para tanto, há, por exemplo, revisões de contratos e a consequente queda nos preços.

Outra medida, segundo Barros, é um gasto maior na prevenção de doenças.

— Quanto mais nós investirmos em promoção de saúde e



O ministro da Saúde, Ricardo Barros, fala em audiência dirigida pelo presidente da CMO, Dário Berger (3º à dir.)

prevenção, menos gastaremos com o atendimento das pessoas. Então faremos o círculo virtuoso da saúde, que hoje não é o modelo que o SUS estabelece — disse.

O presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), reforçou a importância de os gestores do SUS prestarem contas ao Poder Legislativo.

O ministro e os demais ges-

tores do SUS são obrigados por lei a apresentar ao Poder Legislativo, três vezes ao ano, um relatório de como foi gasto o dinheiro do orçamento para a saúde.

## Aprovada indicação para embaixada na Nigéria

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Ricardo Guerra de Araújo para o cargo de embaixador do Brasil na Nigéria.

Sabatinado no dia 8 pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), o diplomata advertiu que a Nigéria necessita da cooperação com outros países para suprir as carências alimentares da população e as deficiências de infraestrutura.

Segundo Araújo, o maior potencial hoje está na agricultura. Os nigerianos já demandaram

explicitamente máquinas e equipamentos agrícolas do Brasil. Eles precisam, disse, modernizar e mecanizar a agricultura, pois é questão de segurança alimentar. A projeção é que sejam exportados 20 mil tratores para lá.

Araújo também disse acreditar que a área de equipamentos militares pode ter muito peso nas exportações brasileiras para a Nigéria, envolvendo a venda de aeronaves como os supertucanos (para ataque leve e treina-

mento avançado) e o KC-390 (para transporte de tropas), além de drones, radares e carros de combate Guarani.

Uma das prioridades do Exército nigeriano, explicou, é combater o grupo terrorista Boko Haram, que controla parte do nordeste do país. Eles também desejam colaboração com o Exército brasileiro no treinamento de combate em selva e na formação de pilotos de helicópteros, revelou.

Entre as funções desempenhadas por Araújo, destacam-

-se as de chefe do setor econômico na embaixada em Praga, coordenador das Negociações Comerciais Inter-Regionais Mercosul-EU na Delegação Permanente na Comissão Europeia, em Bruxelas, secretário-executivo da delegação brasileira para as reuniões da Comissão Mista Econômica Bilateral Brasil-Alemanha, chefe dos setores OCDE/Econômico na embaixada na França e ministro-conselheiro e encarregado de Negócios na embaixada na Bulgária.

## Proposta prevê convênios para segurança em grandes eventos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto de lei que atribui à União a iniciativa de celebrar convênios com estados e municípios para garantir a segurança dos participantes de eventos de grande repercussão.

Apresentado pelo então ex-senador Alfredo Nascimento para modificar a Lei Geral da Copa, o PLS 320/2013 abre a possibilidade de realização de convênios para fortalecer a atuação de órgãos administrativos e judiciais locais não apenas durante competições esportivas, mas também em shows e atividades artísticas, religiosas, culturais e de lazer.

Nascimento observava que muitos municípios não dispõem de estrutura e de pessoal necessários para oferecer bem-estar ao público. As deficiências, segundo ele, se-

riam supridas por convênios com o governo federal.

### Atualização

O relator, Pedro Chaves (PSC-MS), apresentou uma emenda substitutiva para atualizar o texto, excluindo a menção à Lei Geral da Copa.

Na opinião dele, o projeto não impacta o Orçamento do governo federal:

— Do ponto de vista econômico, não há óbice em relação à aprovação da matéria, visto que ela não implica aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou de seus entes federados, não conflita com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou o Orçamento anual — afirma o senador.

Após a CAE, a proposta seguirá para a decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Inclusão das rádios comunitárias na Lei Rouanet passa em comissão

As rádios comunitárias poderão ser beneficiadas pela Lei de Incentivo à Cultura, segundo um projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue agora para a Comissão de Educação e Cultura (CE), para decisão final.

O PLS 629/2011, de Paulo Paim (PT-RS), inclui o serviço de radiodifusão comunitária entre as atividades que podem receber recursos por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313), o programa permite que empresas e pessoas físicas destinem a projetos culturais, como doação ou patrocínio, parte do Imposto de Renda devido.

Paim argumenta que o problema do financiamento das rádios comunitárias nunca foi resolvido adequadamente. As

emissoras prestam serviços de utilidade pública e de integração das comunidades onde estão instaladas, mas muitas têm dificuldade para se manter e correm o risco de encerrar suas atividades, afirma o senador.

### Restrição

A Lei 9.612 impede essas rádios de obter receita por meio de propaganda comercial. Elas podem receber somente patrocínio (sob forma de apoio cultural) de empresas da comunidade. Mas essa fonte de recurso é insuficiente, diz Paim.

A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), deu parecer favorável. Para a senadora, é importante buscar fontes alternativas para o financiamento da radiodifusão comunitária. Ela propôs uma emenda para determinar que a rádio beneficiada deverá ter pelo menos 80% da programação de caráter cultural.

## Elber critica concentração no sistema financeiro

O senador Elber Batalha (PSB-SE) criticou as altas taxas de juros cobradas pelos bancos, que, segundo ele, são uma das causas do endividamento do brasileiro. De acordo com o senador, mais de 40% da população tem dívidas no comércio, nos bancos e em contas de água e luz. A cada quatro casos de dívida, três envolvem cartão de crédito.

— Nesse contexto, os bancos nunca perdem. O sistema financeiro brasileiro concentrado controladamente em meia dúzia de famílias nunca perderá. É a regra do capitalismo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Regina protesta contra taxas bancárias e pede discussão no Senado

A senadora Regina Sousa (PT-PI) chamou a atenção para uma reportagem do *Jornal do Brasil* sobre as altas taxas de juros ao consumidor e a concentração exagerada do sistema financeiro. Ela afirmou que o Senado deve à sociedade uma ampla discussão sobre o assunto, principalmente em relação aos juros dos cartões de crédito e às taxas cobradas pelas entidades financeiras.

— Fizemos uma propaganda danada de que iria melhorar, mas a taxa do cartão continua em 380%. Então a gente precisa discutir a taxa de juros neste Senado, talvez até em sessão temática.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ataídes anuncia que já tem assinaturas para CPI de juros de cartões

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou que já colheu 35 assinaturas — o mínimo necessário é 27 — para instalar uma CPI no Senado destinada a investigar os juros abusivos nos cartões de crédito.

O senador destacou que, apesar das audiências realizadas na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, os juros cobrados são muito superiores aos do resto do mundo.

— A Caixa, um banco público, e o Banco do Brasil, uma economia mista, deveriam puxar a taxa para baixo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Regiões menos desenvolvidas do país podem ter incentivo para habitação

Texto aprovado em comissão prevê novas regras para recursos destinados a moradia e saneamento nas áreas da Sudam, Sudene e Sudeco

A APLICAÇÃO DE recursos financeiros públicos pela Caixa Econômica Federal em habitação e saneamento poderá seguir as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional nas áreas das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco). É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Segundo o autor, senador Benedito de Lira (PP-AL), o PLS 235/2012 busca reverter o quadro de carência de moradia e de infraestrutura urbana nas regiões menos desenvolvidas. Para isso, regulamenta a distribuição regional de recursos públicos geridos pela Caixa — provenientes do FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de

outros fundos federais, que financiam obras de habitação, saneamento e infraestrutura urbana. O texto determina que pelo menos 44% dessas verbas sejam aplicadas nas áreas de atuação das superintendências. Esse montante deve ser alcançado em até dois anos após a publicação da lei.

## Alteração

O relator, senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), sugeriu modificações no projeto original, como a que alterou de 45% para 44% o percentual de investimento. Segundo ele, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, “caso sejam somados os percentuais das três regiões envolvidas, chega-se ao percentual de 44%, após arredondamento de 43,56%”. Também foram excluídos da base de cálculo do percentual fixado os recursos do FAT destinados

ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego e ao pagamento do abono salarial.

Ao justificar o projeto, Benedito ressaltou que os parâmetros para a distribuição dos recursos do fundo por unidades da Federação foram estabelecidos por uma resolução do Conselho Curador do FGTS. Os critérios consideram o déficit habitacional, a população urbana e a arrecadação bruta do FGTS para recursos destinados à habitação popular. O déficit de água e esgoto, a população urbana e a arrecadação bruta do FGTS são critérios usados para a destinação de recursos ao saneamento básico.

De acordo com esses critérios, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste deveriam receber 39,46% dos recursos do FGTS. Entretanto, a alocação final do orçamento operacional do fundo, com base nos critérios constantes

da resolução, pode ser alterada pelo gestor da aplicação, a partir de solicitação prévia e fundamentada, formulada pelo agente operador.

Para aumentar a demanda por empréstimos e financiamentos da Caixa nas regiões menos desenvolvidas, a proposta prevê que a instituição ofereça encargos equivalentes aos menores cobrados nas demais regiões.

O projeto prevê ainda que a Caixa envie ao fim de cada semestre relatório de atividades às comissões temáticas da Câmara e do Senado que tratam de assuntos ligados ao desenvolvimento regional. O objetivo é permitir que as duas Casas fiscalizem as aplicações dos recursos.

Caso o percentual mínimo de aplicação não seja atingido, a diferença não aplicada ficará acumulada para a concessão de financiamentos no exercício seguinte.

## Aprovado texto que pune telefônica que atender mal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto que busca melhorar a qualidade dos serviços de atenção ao consumidor prestados pelas empresas de internet e telefonia. O PLS 502/2013 vai para a Câmara, se não houver recurso para análise do Plenário.

A proposta, do ex-senador Vital do Rêgo, modifica o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), tributo cobrado anualmente das empresas de telecomunicações. Pela proposta, a TFF será 15% mais alta para as operadoras que não cumprirem as metas de qualidade no atendimento ao cliente estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O objetivo, segundo o autor, é fazer as operadoras de telefonia concentrarem “esforços e recursos na melhoria da qualidade do atendimento aos usuários, principalmente por meio de seus call centers”.

O relator, José Pimentel (PT-CE), foi a favor da proposta. Ele apresentou emenda que altera o prazo para a lei entrar em vigor. O projeto original previa que valesse a partir da publicação. Pela mudança sugerida, a lei vai produzir efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, observado o período mínimo de 90 dias da data da publicação.

O PLS 502/2013 já tinha sido aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).



Comissão de Assuntos Econômicos: senadores aprovam projeto que destina recursos para habitação e saneamento no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

## Projeto sobre o Sistema S causa divergências

Um pedido de vista adiou a votação de uma proposta que autoriza as entidades do Sistema S a movimentarem seus recursos nos Bancos da Amazônia (Basa) e do Nordeste (BNB). O PLS 7/2009, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), estava na pauta de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Integram o Sistema S entidades como Sesi, Senai e Senac, que recebem contribuições incidentes sobre a folha de salários das empresas. Os recursos visam à prestação de serviços considerados de interesse público, como aperfeiçoamento profissional e bem-estar social dos trabalhadores.

Embora tais entidades tenham personalidade de direito privado, os recursos das

contribuições transferidos a elas são públicos e hoje são movimentados exclusivamente pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

## Voto contrário

O relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), votou contra a possibilidade de novos bancos receberem o dinheiro. Segundo ele, o Sistema S não age com transparência e há uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que as aplicações sejam mantidas no BB e na Caixa. O senador apontou ainda falta de capilaridade do Basa e do BNB por serem bancos regionais e com poucas agências.

— Se alguém conhece o Sistema S, com modéstia, sou eu. Tenho até um livro sobre isso.

E digo que é uma bomba que está para explodir — afirmou.

## Bancos regionais

O autor do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), afirmou que seu objetivo é fortalecer os bancos regionais, que também são oficiais e de fomento.

— O projeto é meramente autorizativo. Não obriga a aplicação do dinheiro no Basa ou no BNB. Além disso, não tem nada a ver como as entidades usam seus recursos, apenas permite os depósitos nos bancos regionais.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), será uma chance de distribuir melhor as verbas.

Segundo o senador, o argumento da falta de capilaridade não se sustenta, pois só o BNB tem 230 agências.

— É conhecida a crônica indisposição do senador Ataídes com o Sistema S e a todo momento ele coloca questões no ar, como dizer que se trata de “bomba sem transparência”. Fui dirigente do Sistema S por anos e não tenho receio desse debate. O sistema pode ser aperfeiçoado, mas o balanço é amplamente positivo para a melhoria do capital humano do país.

Diante do impasse, Simone Tebet (PMDB-MS) disse ser a favor da ideia, mas pediu vista para analisar melhor a proposta, que segundo a senadora, pode até ser modificada.

O PLS 7/2009 já havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apesar do relatório contrário de Humberto Costa (PT-PE).

## Certificado para filantrópicas da saúde ganha urgência

O Plenário aprovou ontem urgência para votação do projeto que altera as regras para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, simplificando exigências. A proposta (PLC 187/2017) deve ser votada na próxima semana.

Com a mudança, a comprovação da prestação de serviços das instituições filantrópicas ao SUS poderá ser feita com uma declaração do gestor local. Isso flexibiliza uma exigência que não consegue ser cumprida por quase metade das entidades.

# Vai à Câmara autorização de falta a aula devido a religião

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação estabelece alternativas para aluno que precisar se ausentar da escola, pública ou privada, em datas nas quais sua crença religiosa não permita atividades

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem o relatório do senador Pedro Chaves (PRB-MS) à proposta que regulamenta a aplicação de provas e a marcação de frequência a alunos impossibilitados de comparecer a determinada atividade em razão de crença religiosa ou liberdade de consciência (PLC 130/2009). Como a proposta foi modificada no Senado, retorna à Câmara dos Deputados para nova análise.

Ao substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Chaves acrescentou mudanças sugeridas em audiência feita pela CE.

De acordo com o texto aprovado na CE, fica assegurado a alunos de instituições públicas ou privadas, em todos os níveis, o direito de ausentar-se de prova ou aula marcada para datas em que, segundo seus

preceitos religiosos, seja proibido o exercício de atividades. Mas o direito fica condicionado à apresentação de um requerimento contendo os motivos.

O texto estabelece contrapartidas para o aluno que obtiver a autorização para se ausentar. A critério da instituição de ensino, poderá ser feita nova prova ou aula de reposição, desde que não resulte em custos

para o estudante. Outra opção será a elaboração de trabalhos escritos ou outra atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos.

O cumprimento da contrapartida regularizará a situação do aluno quanto à frequência. O texto também prevê que as escolas terão dois anos para se adaptar a essas mudanças, caso o projeto vire lei.



Paim (2º à dir.) e Pedro Chaves (D) em reunião da Comissão de Educação

## Código Florestal pode ganhar nome de Luiz Henrique

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem um projeto que dá à lei que trata da proteção do meio ambiente brasileiro (Lei 12.651/2012) o nome de Código Florestal Luiz Henrique da Silveira.

Proposto por Dalírio Beber (PSDB-SC) e relatado por Dário Berger (PMDB-SC), o projeto (PLS 1/2016) segue para a Câmara dos Deputados.

O senador Luiz Henrique morreu no exercício do mandato, em 10 de maio de 2015. Durante a discussão na CE,

Jorge Viana (PT-AC) lembrou que dividiu com ele a relatoria do código, aprovado em 2012.

— Alguns achavam quase impossível aprovar o novo Código Florestal devido aos interesses envolvidos, relacionados à propriedade da terra. O país tinha um passivo de 80 milhões de hectares judicializados, uma insegurança jurídica tremenda. Isso foi superado e hoje temos segurança jurídica — disse Viana.

O senador lembrou ainda que tinha uma relação forte de

amizade com Luiz Henrique e que ambos trabalhavam na elaboração de um livro, intitulado *Código Florestal Comentado*, projeto que infelizmente não pôde ser concluído.

Dalírio argumenta que Luiz Henrique buscou garantir uma lei exequível, com equilíbrio entre produção e preservação, resguardando especialmente o pequeno produtor rural.

Luiz Henrique foi também governador de Santa Catarina (2003–2010) e prefeito de Joinville (1977–1982 e 1997–2001).

## Comissão debaterá assentamento em terra indígena

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará audiência pública para debater a situação dos assentamentos feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O foco do debate serão os conflitos em assentamentos em terras indí-

genas especialmente em Rondônia, na região de Ariquemes e em áreas da Comunidade Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

O requerimento para a audiência é do presidente da comissão, Ivo Cassol (PP-RO). Para o senador, o debate é necessário por causa dos conflitos

relatados em razão de “assentamentos criados sem critérios, até em terras questionadas pela Fundação Nacional do Índio como terras indígenas”. Essa situação, segundo o senador, vem gerando conflitos agrários e familiares. A data da audiência ainda não foi definida.

## Idosos podem ter cota em vagas ociosas de universidades

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que prevê que vagas ociosas em instituições federais de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas de 60 anos de idade ou mais (PLS 254/2016). A proposta, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), segue para a Câmara.

O texto aprovado foi fruto de relatório de Paulo Paim (PT-RS), aproveitando emenda de Cristovam Buarque (PPS-DF). Pela proposta, o critério de seleção para a cota será estabelecido por cada instituição. As demais vagas

que não vierem a ser utilizadas deverão ser preenchidas pelos candidatos inscritos no sistema universal.

Amorim destacou que a escolaridade dos idosos é, na média, bem menor que a do restante da população.

— Tive a ideia de apresentar o projeto visitando a Universidade Federal de Sergipe. É comum encontrarmos lá aposentados frequentando cursos isolados, em que nunca poderão ter acesso ao diploma. As vagas existem, não há nenhum custo extra e há público interessado.

## Vanessa apoia reivindicação de policiais do AM

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou preocupação com o indicativo de greve dos agentes de segurança do Amazonas, que reivindicam valorização dos praças, promoção de policiais e pagamento de acordo salarial.



— A reivindicação nada mais é do que o cumprimento do acordo feito recentemente entre o governo do Amazonas e a categoria, no que diz respeito à aplicação do plano de cargos e carreira.

— Precisamos deixar de ser ingênuos: bandidos não têm a menor cerimônia de acabar com a vida daqueles que tentam nos proteger.

## Medeiros propõe novo critério para legítima defesa

José Medeiros (Pode-MT) defendeu projeto de sua autoria que muda o Código Penal para presumir legítima defesa o ferimento ou a morte, por agente de segurança pública, de quem portar ilegalmente armamento de uso restrito, representando perigo direto para as pessoas próximas.



— Precisamos deixar de ser ingênuos: bandidos não têm a menor cerimônia de acabar com a vida daqueles que tentam nos proteger.

**HÁ 30 ANOS**

**Constituinte aprova criminalização do racismo e eleição em 2 turnos**

**O** *Jornal da Constituinte* de 14 de março de 1988 destacava a alta produtividade dos parlamentares: em uma semana, eles fizeram uma centena de votações, aprovando 24 artigos, num total de quase 400 dispositivos. Entre eles, o que determinou eleições em dois turnos para presidente, governador e prefeito de cidades com mais de 200 mil habitantes. Outro dispositivo aprovado foi o que qualificou o racismo como crime inafiançável.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte39>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão vai realizar série de audiências para avaliar as condições de transpor as águas do Rio Tocantins, no Norte, para o São Francisco, no Nordeste, sem prejudicar o estado do Tocantins

## Debate avaliará impacto de transposição de rio no Norte

OS IMPACTOS PARA a Região Norte da possível aprovação do projeto que prevê a transposição de águas do Rio Tocantins para o Nordeste serão debatidos em uma série de audiências públicas na Comissão de Infraestrutura (CI), conforme requerimento aprovado ontem.

A comissão também aprovou a realização de debate sobre os impactos da construção da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada.

Relatora do PLC 138/2017, que trata da transposição das águas do Rio Tocantins para o Rio São Francisco, Kátia Abreu (sem partido-TO) quer ouvir de especialistas se a doação de água das bacias do estado não será prejudicial ao equilíbrio do meio ambiente, à população e até mesmo à economia tocaninense.

### Consequências

A senadora está preocupada com a sustentabilidade do rio, com a interface com a agropecuária e a agricultura irrigada do estado e com a logística de transporte, pesca, produção de energia e abastecimento.

Kátia Abreu argumenta que



Kátia Abreu é relatora do projeto na Comissão de Infraestrutura

o Tocantins, como outros estados que sofrem com a crise hídrica, passou por uma grave seca nos últimos anos. O Rio Tocantins, na época da estiagem, pode ser atravessado a pé, o que nunca havia acontecido antes, lembrou.

— Queremos primeiro a salvação dos nossos rios para o estado do Tocantins, para depois avaliar do ponto de vista técnico e científico se é possível doar água para outros estados — defendeu a senadora.

O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, prevê a interligação entre o Rio Preto, na Bahia, e o Rio Tocantins para assegurar a navegação

desde o Rio São Francisco até o Rio Amazonas.

Estão previstas três audiências públicas, que ocorrerão em Brasília e no Tocantins.

### Ferrovia

Já a audiência pública sobre a Ferrogrão vai discutir a existência de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta pública da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

A ferrovia deverá ter 933 quilômetros, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Pará, desembocando no Porto de Miritituba.

## MP abre crédito extraordinário para assistência a venezuelanos

O Congresso vai analisar a Medida Provisória 823/2018, que abre crédito extraordinário de R\$ 190 milhões em favor do Ministério da Defesa, para assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas vindas da Venezuela. A MP, que começou a tramitar no Congresso na segunda-feira, será analisada primeiro pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e em seguida pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Segundo o governo, por meio do emprego das Forças Armadas no apoio logístico e de pessoal, a medida pode “minimizar a grave situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na Venezuela, que levou a um aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível no estado de Roraima”.

Conforme a justificativa, o fluxo migratório afeta, entre outros setores, a prestação de serviços públicos de saúde, de saneamento básico e de segurança pública de Roraima, que estaria em situação de calamidade pública.

“Sem o apoio mínimo para um contingente de estrangeiros desprovidos de recursos financeiros e que representa cerca de 10% da população da capital Boa Vista, a fome, o desemprego e a falta de moradia adequada com-

prometem a ordem social e a segurança pública de todo o estado”, diz o texto.

Pela justificativa, “a implantação do controle sanitário e do acolhimento humanitário é urgente não apenas como medida de atendimento ao grande número de venezuelanos que chega a Roraima, mas também de proteção à saúde de toda a população local e de manutenção da ordem pública”.

### Outras medidas

O governo já havia editado a Medida Provisória 820/2018, que cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial, para coordenar as políticas a serem adotadas para atender os migrantes. A MP está em análise no Congresso. Também foi publicado o Decreto 9.286/2018, que regula o comitê, integrado por 12 ministros.

De acordo com a MP 823/2018, as determinações do comitê “acarretaram o surgimento de despesas imprevisíveis, urgentes e relevantes que não foram contempladas na Lei Orçamentária do corrente exercício”.

A abertura do crédito extraordinário foi possível por causa de anulação parcial da dotação orçamentária do Ministério do Trabalho destinada a gastos com seguro-desemprego.

Com Agência Câmara

## Educação alimentar deve ser ensinada na escola, prevê projeto que vai a Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou o relatório de Pedro Chaves (PRB-MS) à proposta que inclui, de forma transversal, a educação alimentar e nutricional nos currículos dos ensinos fundamental e médio. O PLC 102/2017 segue agora para o Plenário do Senado.

Para Chaves, incluir esses assuntos no ensino formal garante conhecimento sobre o tema e reforça hábitos alimentares saudáveis nos estudantes.

— O acesso das crianças e adolescentes à alimentação não ocorre só no âmbito familiar, mas em muitos

espaços sociais e, muitas vezes, sem orientação.

Segundo Chaves, o resultado mais visível dessa situação tem sido o aumento da obesidade entre os jovens, causando problemas como diabetes e cardiopatias.

Também foi aprovado pela CE o projeto de Telmário Mota (PTB-RR) que institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena (PLS 737/2015). A proposta pode seguir para a Câmara dos Deputados.

### Jucá elogia MP para apoio a imigrantes venezuelanos

Ao chamar a atenção para as consequências da entrada desordenada de imigrantes da Venezuela, Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a medida provisória que destina ao Ministério da Defesa R\$ 190 milhões para apoio aos venezuelanos e reforço nas fronteiras.

— Vale lembrar que não só Boa Vista está sendo ocupada, mas cidades do interior já padecem dessa dificuldade de receber venezuelanos que não têm para onde ir — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Telmário lamenta descaso com índios em Boa Vista

Telmário Mota (PTB-RR) denunciou que não são apenas os venezuelanos que estão passando por dificuldades em Boa Vista, afirmando que os ianomâmis que vão até a capital em busca de serviços na área de saúde estão sofrendo.

Ele relatou que os índios aproveitam o tempo que permanecem na cidade para vender artesanato e comprar bebidas alcoólicas. Segundo o senador, em razão disso, os indígenas são humilhados e agredidos e a Funai “nada faz para mudar a situação”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Questão energética é urgente em Roraima, diz Ângela

Ângela Portela (PDT-RR) destacou a realização de uma audiência pública em Rorainópolis, no sul de Roraima, sobre a questão energética. Segundo a senadora, nos últimos dias Roraima teve sucessivos apagões.

Na opinião dela, a causa é a falta de interligação do estado com o Sistema Elétrico Nacional, que obriga a importação de energia da Venezuela. Como o país vizinho ficou sem enviar energia por 22 horas, Roraima sofreu com os apagões.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Ana Amélia: no RS, atingidos pela seca não recebem ajuda

Ana Amélia (PP-RS) voltou a denunciar a grave situação que enfrentam municípios gaúchos devido à seca. Segundo ela, Bagé, Cristal, Candiota e Hulha Negra decretaram situação de emergência, mas por questões burocráticas ainda não receberam ajuda.

— A meu pedido, haverá uma audiência no Ministério da Integração Nacional com a Defesa Civil para tratar desse dilema. O recurso não chega, as máquinas estão lá, mas a prefeitura tem que buscar e não tem gasolina.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Paim celebra verbas do Pronac para rádios comunitárias

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação, na Comissão de Educação (CE), de projeto de sua autoria que estende ao serviço de radiodifusão comunitária a possibilidade de receber recursos captados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O objetivo do PLS 629/2011 é apoiar a produção cultural e artística brasileira, por meio das cerca de 4,5 mil rádios comunitárias licenciadas no país.

— A partir desse projeto, elas [as rádios] terão a possibilidade de receber recursos por intermédio do fundo da cultura.

# TSE quer garantir voto impresso, diz ministro

Representantes da Justiça Eleitoral afirmaram que estão cumprindo a lei, mas que apenas 5% das urnas terão implantado o sistema de conferência até as eleições deste ano

AO ADOTAR A implantação do voto impresso de forma gradual, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não desrespeita a determinação prevista na Lei 13.165 (minirreforma política), de 2015, afirmou o ministro do TSE Tarcísio Vieira de Carvalho Neto em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O ministro disse que a Justiça Eleitoral tem se esforçado para tornar realidade o voto impresso desde que a lei entrou em vigor, mas esbarrou em dificuldades impostas pela Lei de Licitações e por problemas com as empresas que participaram dos certames anteriores, seja por descumprirem prazos, seja por não atenderem requisitos.

— OTSE, na tarefa de concretizar a vontade política do Congresso, atua como administrador público e está submetido a rotinas como desenvolvimento desse produto e aquisição no mercado — disse.

Em audiência na semana passada, participantes afirmaram que o TSE tem demonstrado má vontade e falta de interesse para implantar o sistema de impressão de votos na urna eletrônica. Segundo Carvalho Neto, a implantação do voto impresso de forma escalonada é mais viável jurídica, técnica e financeiramente.



Ana Lúcia de Aguiar, Lasier Martins, Antonio Anastasia, Carvalho Neto e Giuseppe Janino participam de audiência

Por isso, a decisão de utilizá-lo em apenas 5% das mais de 550 mil urnas eletrônicas. Só em 2028 todas as urnas contarão com a possibilidade de conferência física.

De acordo com a juíza federal Ana Lúcia de Aguiar, que trabalha no Gabinete da Presidência do TSE, a implantação gradual atende também uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e observou que a metodologia de implantar aos poucos é utilizada pela Justiça Federal sempre que uma nova tecnologia é introduzida.

— A lei estabeleceu um marco temporal, mas não o quan-

titativo. O TSE fez, tanto com urna eletrônica quanto com a biometria, uma implantação gradual, pela necessidade de testes. Se fosse adotada integralmente desde o início, um problema que acontecesse num aparelho significaria 500 mil outros problemas, o que poderia colocar em risco inclusive as eleições de 2018 caso houvesse colapso.

Inicialmente, estava prevista a compra de 35 mil novas urnas. Mas, após estudos, o TSE chegou à conclusão de que seria mais viável, técnica e financeiramente, adquirir apenas as impressoras e reduziu a previsão para 30 mil

equipamentos que serão acoplados às urnas já existentes. Também serão adquiridas 75 mil unidades de urnas plásticas para depósito dos votos impressos. O órgão lançou o edital da compra desses dispositivos no dia 7.

## Segurança

Senadores argumentaram que a impressão do voto é uma demanda da população e visa dificultar fraudes nas eleições.

Indagado por Lasier Martins (PSD-RS) e Ana Amélia (PP-RS), o secretário de Informática do TSE, Giuseppe Janino, disse que até hoje não foi constatada nenhuma

alteração de voto.

— Todos os sistemas têm fragilidades. Não existe a utopia de um software ser 100% seguro. O que investimos é em tornar a fraude inviável. E isso é evidenciado nos próprios testes de segurança. Até hoje as equipes que atuaram como hackers não conseguiram efetivamente fazer mudança significativa como a mudança do voto de um eleitor — relatou.

Lasier lembrou que especialistas que participaram do quarto teste de segurança das urnas eletrônicas, no final do ano passado, conseguiram invadir o sistema e detectar diversas falhas.

De acordo com Janino, o TSE já corrigiu os problemas e convidou esses grupos de investigadores a repetir o teste em maio.

A Justiça Eleitoral ainda está calculando os custos da implementação do voto impresso. A estimativa considerada inicialmente era de R\$ 2 bilhões.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Simone Tebet (PMDB-MS) afirmaram que a falta de recursos não pode ser um argumento para retardar a implantação do voto impresso e que o Congresso pode fazer um esforço para remanejar o Orçamento e garantir maior transparência ao pleito.

## Gleisi e líderes de oposição pedem definição do STF sobre condenação de Lula

Os senadores Humberto Costa (PT-PE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Armando Monteiro (PTB-PE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), que é presidente do PT, pediram ontem no Plenário que o Supremo Tribunal Federal (STF) leve a julgamento a questão da condenação

de Lula em segunda instância. O apelo se estendeu também ao habeas corpus preventivo para manter o ex-presidente em liberdade.

Gleisi defendeu o respeito à Constituição, para que haja a execução da sentença somente após o trânsito em

ulgado. Ela pediu que o Senado apele ao STF para que a questão seja votada.

— Se o Supremo avaliar que tem que referendar o que já votou, pelo menos decidiu a matéria. Se for ao contrário, nós vamos estar com a Constituição restabelecida.

Humberto disse que não se trata de pressionar o STF, mas um “chamamento à razão”.

— Como justificar que os dois proprietários da JBS estão agora em liberdade, viajando nos seus jatinhos, andando em iates, e Lula vai para a cadeia?

## Texto prevê regras mais rígidas para atuação do BNDES

Os bancos de desenvolvimento criados ou mantidos pela União terão limites para aquisição de ativos no exterior ou participação em empresa estrangeira. As instituições passarão também a contar com um novo mecanismo de crédito e serão obrigadas a seguir regras de transparência em suas operações.

É o que estabelece um projeto sugerido no relatório final da CPI do BNDES, apre-

sentado ontem por Roberto Rocha (PSDB-MA). O texto será votado no dia 20.

O projeto propõe a criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), a ser emitida pelo BNDES e por bancos de desenvolvimento.

Outra sugestão do relatório é que o BNDES crie uma comissão interna para apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos da instituição pelos estados.

Rocha recomenda ainda que seja vedada a possibilidade de estados e municípios oferecerem direitos referentes aos fundos de participação como garantia dos empréstimos. No caso dos empréstimos concedidos a estados e municípios, o relatório propõe que o Tesouro Nacional seja proibido de avaliar tais operações.

O texto sugere que o BNDES adote como padrão de conduta a análise e a divulgação, em cada financiamento, dos objetivos a serem atingidos após execução do projeto.

Para efeito da concessão de participação no lucro a diretores e empregados do BNDES, o relatório propõe que seja levado em conta não apenas o lucro contábil, mas também o cumprimento das metas dos financiamentos concedidos.

## Para Humberto, Judiciário faz cerco para prender Lula

Humberto Costa (PT-PE) disse ser preciso resistir ao que classificou de “cerco do Judiciário” para prender o ex-presidente Lula, de modo a inviabilizar a candidatura dele.

O senador lembrou que a sentença na primeira instância foi confirmada e aumentada pelo Tribunal Regional Federal e que o Superior Tribunal de Justiça negou um habeas corpus a Lula.

— E no Supremo Tribunal Federal, a ordem é não analisar o mérito de duas ações declaratórias de constitucionalidade que tratam da liberdade de mais de 3 mil condenados em segunda instância, porque poderia beneficiar também Lula.

## Lindbergh condena perseguição política a ex-presidente

O impeachment de Dilma e a condenação de Lula pelo 4º Tribunal Regional Federal foram criticados ontem por Lindbergh Farias (PT-RJ).

Lula, afirmou, tem sofrido “perseguição da elite brasileira” para impedir a candidatura dele. Para o senador, o processo também é uma medida da oposição para desmoralizar o ex-presidente.

Além de ser inconstitucional, disse Lindbergh, uma eventual prisão de Lula o tornaria um preso político no Brasil.

— Vou ler o artigo 5º da Constituição, inciso 57: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”.



Sérgio Petecão acompanha apresentação do relatório de Roberto Rocha